



ACÓRDÃO Nº13/2020 – TCE – TRIBUNAL PLENO

- 1- **Processo TCE - AM nº 1722/2011.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual.
- 3- **Órgão:** Unidade Gestora de Projetos Especiais – UGPE.
- 4- **Exercício:** 2010.
- 5- **Responsável:** Frank Abraham Lima.
- 6- **Advogado:** Miquéias Matias Fernandes - OAB/AM Nº 1.516, Miquéias Matias Fernandes Júnior – OAB/AM Nº 9.958 e Helen Grace Costa Sena Fernandes - OAB/AM Nº 3.638.
- 7- **Unidade Técnica:** DICAD/AM e DICOP
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 7978/2019-DMP, Dr. Ruy Marcelo Alencar de Mendonça, Procurador de Contas.
- 9- **Relator:** Conselheiro Josué Cláudio de Souza Filho.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Unidade Gestora de Projetos Especiais – UGPE. Exercício de 2010.

Regularidade com ressalvas. Recomendação. Ciência. Arquivamento.

10- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea “a”, item 3, da Resolução n. 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, **em parcial consonância** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

- 10.1 **Julgar regular com ressalvas** a Prestação de Contas da Unidade de Gestora de Projetos Especiais - **UGPE**, exercício 2010, de responsabilidade do **Sr. Frank Abraham Lima**, Coordenador e Ordenador das despesas, com fulcro no art. 71, II, da CF/88 c/c o art. 40, II, da CE/89 e art. 1º, II, art. 2º e 5º, art. 22, II e 24 da Lei 2.423/96;
- 10.2 **Recomendar** à Unidade Gestora de Projetos Especiais - **UGPE** que:
 - 10.2.1. Observe rigorosamente a Lei de Licitações e Contratos, principalmente no que tange a contratação de pessoas físicas;
 - 10.2.2. Observe rigorosamente a necessidade de emissão de apresentação de Parecer Jurídico antes celebração de qualquer ajuste;
 - 10.2.3. Observe com o máximo o zelo os critérios para nomeação e pessoas dos cargos a disposição deste Órgão;
 - 10.2.4. Seja mais rigoroso e preciso quanto a elaboração das planilhas orçamentárias que constituem o projeto básico das



Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS

Pág. 2

ACÓRDÃO Nº13/2020 – TCE – TRIBUNAL PLENO

diversas etapas do programa.

10.3 Dar ciência do Acórdão ao **Sr. Frank Abraham Lima**;

10.4 Arquivar os autos nos termos regimentais após o registro e providências acima.

11- Ata: 1ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

12- Data da Sessão: 28 de Janeiro de 2020.

13- Especificação do quorum: Conselheiros: Mario Manoel Coelho de Mello (Presidente), Érico Xavier Desterro e Silva, Josué Cláudio de Souza Filho, Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior e Mário José de Moraes Costa Filho (Convocado).

13.1. Declaração de Impedimento: Conselheira Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos (art. 65 do Regimento Interno).

14- Representante do Ministério Público de Contas: Dr. João Barroso de Souza, Procurador-Geral.

MARIO MANOEL COELHO DE MELLO
Conselheiro-Presidente

JOSUÉ CLÁUDIO DE SOUZA FILHO
Conselheiro Relator

JOÃO BARROSO DE SOUZA
Procurador-Geral